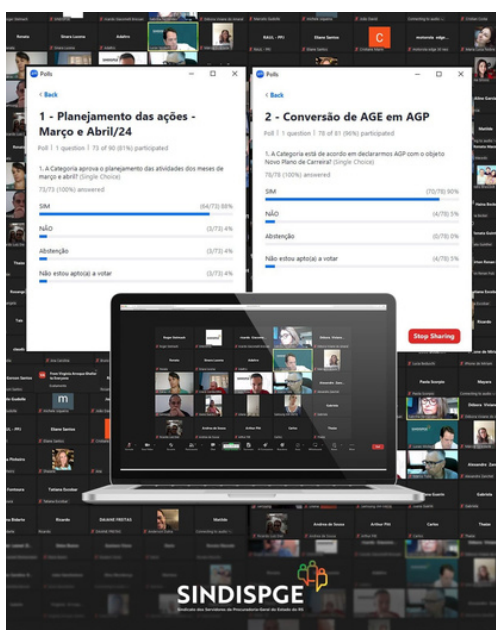


/Sindispge informação

CATEGORIA DECIDE INSTAURAR ASSEMBLEIA GERAL PERMANENTE COM FOCO NA URGENTE REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA



Na última segunda-feira do mês (26), o SINDISPGE promoveu Assembleia Geral Extraordinária (AGE) para definir o planejamento das ações nos meses de março e abril, além de converter a AGE em Assembleia Geral Permanente (AGP). As duas pautas foram autorizadas com respectivamente 88 e 90% de aprovação pelos Filiados.

A direção do Sindicato detalhou como está o andamento das tratativas no tocante ao Novo Plano de Carreira dos Servidores da PGE. A presidente Sabrina Oliveira Fernandes ressaltou a importância da união da Categoria nesse momento. “Precisamos pressionar quem toma as decisões e ser ágeis, por isso a necessidade de

termos a possibilidade de fazermos uma Assembleia Geral Permanente a qualquer momento. Estamos a postos e a conversão da AGE em AGP ocorre em função da Categoria entender que já estamos há anos aguardando essa reestruturação e a notícia agora do atraso em razão das isenções fiscais retarda a conclusão dos projetos”.

Conforme o diretor para Assuntos Jurídicos e Institucionais do SINDISPGE, Thiago Testa, o Governo do Estado tende a priorizar a reestruturação das carreiras que ainda não foram contempladas – o caso dos Servidores da PGE. Ele pontua ainda a importância econômica e estratégica da PGE para o Rio Grande do Sul. (SEGUE)



/Sindispge informação

“A manutenção do corte dos incentivos fiscais é importante, visto que engloba R\$ 3,6 bi para o Estado, ao passo que a PGE também retorna aproximadamente R\$ 3 bi/ano entre economia e arrecadação, o que denota a relevância e a excelência da atuação dos Servidores, que seguem trabalhando com afincos, responsabilidade e comprometimento mesmo diante das dificuldades decorrentes da falta de perspectivas na carreira em mais de uma década de defasagem salarial.”

O diretor para Assuntos Administrativos e Financeiros, Lucas Friderichs Ludwig Wickert, também abordou o tema. Ele explicou aos colegas Servidores como se encontra esse debate na Assembleia Legislativa. “Precisamos exercer pressão pela manutenção dos Decretos”, finalizou.

Os diretores do Sindicato, no entanto, ponderaram que a Categoria não pode ficar refém da aprovação dos Decretos, pois o Plano de Carreira dos Servidores está obsoleto e precisa ser modificado urgentemente, até mesmo para evitar a precarização do órgão. A instituição da AGP é o primeiro passo no cumprimento do planejamento aprovado ainda em dezembro de 2023, a fim de deixar a Categoria alerta para todo e qualquer movimento inerente à consecução do Novo Plano de Carreira.

REUNIÃO COM O PGE NA VÉSPERA DA AGE



Dias antes da AGE, na sexta-feira (23), o Procurador-Geral do Estado, Eduardo Cunha da Costa, voltou a receber a diretoria do SINDISPGE. Na pauta, um dos focos principais da Categoria dos Servidores: a reestruturação da carreira com ênfase na valorização salarial e na

reposição das perdas, tendo em vista os diversos anúncios da semana envolvendo os funcionários das Fundações, Magistério e a reestruturação da AGERGS.

O fato de o Estado ter saído do limite prudencial, conforme determina a Lei de Responsabilidade Fiscal, reacendeu os ânimos de diversas Categorias e o Governo do Estado está em meio a estudos e avaliações das carreiras.

A presidente Sabrina Oliveira Fernandes reitera que a Categoria dos Servidores da PGE clama por um novo Plano de Carreira desde 2019. (SEGUE)



/Sindispge informação

“Suportou, junto de parcela significativa do funcionalismo gaúcho, a Reforma Administrativa, a Reforma Previdenciária e o aumento da alíquota do IPE-Saúde. O momento é agora, estamos aqui para dialogar e reavaliar também a nossa estrutura interna que se encontra estagnada, sem perspectiva para nenhum dos níveis do nosso plano atual, com cautela e responsabilidade a respeito do que este Governo irá propor”, destacou Sabrina Oliveira Fernandes.

Em sua manifestação, o PGE apontou que a condição das finanças do RS permanecem instáveis em razão da discussão do corte dos incentivos fiscais. Por isso, o Governo estuda as carreiras com foco em melhorar a gestão do Estado e dar mais transparência à folha de pagamento. Ao mesmo tempo, ele reforçou o compromisso de dialogar as diretrizes que o Governo deverá adotar em breve para que possamos fazer essa análise conjuntamente, certos de que as demandas apresentadas pelo SINDISPGE serão igualmente consideradas.

O Piratini alega que não vai haver recursos para o funcionalismo sem aumento ou fôlego para as receitas.

Em abril, entram em vigor os decretos estaduais para reduzir as isenções fiscais. Movimentos na Assembleia Legislativa tentam derrubar esses decretos, o que afetaria diretamente as pretensões dos Servidores Públicos.

“Estamos fazendo questão de deixar claro que o Servidor está pagando essa conta há uma década (de defasagem inflacionária), inclusive, entre atrasos e parcelamentos de salários. Cada parte dá a sua cota de sacrifício em prol da sociedade. Agora é a vez do Serviço Público ser valorizado, o qual sempre atendeu plenamente o povo gaúcho”, afirmou Thiago Testa, Diretor para Assuntos Jurídicos e Institucionais do Sindicato.

Também participaram da reunião o Diretor do SINDISPGE Lucas Wickert, e os procuradores do Estado Victor Herzer da Silva e Henrique Zandona. (FIM)

/gestão

RESULTADO DA PGE É TRÊS VEZES SUPERIOR AO LUCRO LÍQUIDO DO BANRISUL NO ANO DE 2023

Foi divulgado nesta sexta-feira (09) o balanço do Banrisul em 2023. O lucro líquido do banco foi de R\$ 871,1 milhões.

No mesmo período, a PGE-RS alcançou quase R\$ 3 bilhões entre economia e arrecadação para o Estado.

Isso ilustra e reforça a importância dos Servidores do órgão para o Rio Grande do Sul.

#JUNTOSOMOSMAISFORTES #NovoPlanoDeCarreiraJÁ

SINDISPGE

Na sexta-feira (9), antes do Carnaval, foi divulgado o balanço do Banrisul em 2023. O lucro líquido do banco foi de R\$ 871,1 milhões.

No mesmo período, a Procuradoria-Geral do Estado alcançou quase R\$ 3 bilhões entre economia e arrecadação para o Estado.

Isso ilustra e reforça a importância dos Servidores do órgão para o Rio Grande do Sul.

Na ocasião, o Sindicato reforçou a comparação entre os números de cada um dos órgãos para mostrar, mais uma vez, os serviços de qualidade e excelência prestados pelos Servidores da PGE-RS - que continuam desvalorizados e sem reajuste salarial há mais de uma década.

AGENDA POLÍTICA

Sabrina Fernandes Oliveira, presidente do SINDISPGE, apresentou aos parlamentares as principais reivindicações da Categoria. Destaque para a necessidade de um novo Plano de Carreira. Confira:



21/2 - deputado Matheus Gomes (PSOL)



27/2 - deputado Issur Koch (PP)



/pautas da categoria

ENCONTROS DA UNIÃO GAÚCHA EM FEVEREIRO

A União Gaúcha em Defesa da Previdência Pública e Social, da qual o SINDISPGE faz parte, manteve a sua rotina de reuniões ordinárias em fevereiro. Sabrina Oliveira Fernandes representou o SINDISPGE nos eventos deste mês, que tratou, principalmente, dos temas IPE-Saúde, IPE Prev e Regime de Recuperação Fiscal, entre outros.

Outro assunto foi a Revisão Geral Anual. A União Gaúcha pretende contribuir com as demais entidades na por essa pauta junto ao Governo.

/expediente

SINDISPGE E FSP UNIDOS EM DEFESA DO IPE-SAÚDE

A Frente dos Servidores Públicos do Rio Grande do Sul (FSP-RS), coletivo de entidades que reúne sindicatos e associações do serviço público estadual, publicou um manifesto em defesa do IPE Saúde. A nota foi divulgada no dia 23 de fevereiro, após as notícias que os empresários da área da saúde estão pressionando o governador Eduardo Leite (PSDB) para que suspenda o novo modelo de remuneração dos hospitais credenciados ao IPE-Saúde, que entrará em vigor a partir de hoje, 1º de março.



“Os servidores sempre se insurgiram e as entidades demonstraram que o problema do IPE-Saúde foi gerado pela falta de reajustes salariais. Os servidores estão há uma década sem reposição da inflação e isso gerou reflexos diretos no funcionamento do sistema de saúde dos servidores. As mudanças propostas pelo Governo do Estado ainda não surtiram efeitos positivos. É hora de nos mobilizarmos de novo evitando que o projeto de sucateamento do IPE-Saúde siga seu curso. O IPE-Saúde é uma segurança para os servidores públicos estaduais e contribui para não sobrecarregar o SUS”- destacou a Diretora-Presidente do Sindispge, Sabrina Fernandes.

Neste sentido, a FSP está organizando um grande ato em defesa do IPE, com a participação de todo o funcionalismo estadual. Será no dia 22 de março (sexta-feira), às 9h, em frente ao prédio do IPE (Av. Borges de Medeiros, 1945), em Porto Alegre. Anote na agenda e organize-se para estar presente! (FIM)

/expediente

SINDICATO APOIA QUE RECURSO ECONOMIZADO COM RETIRADA DE ISENÇÕES FISCAIS SEJA INVESTIDO EM REESTRUTURAÇÃO PARA SERVIDORES



O SINDISPGE participou de uma reunião promovida pela Federação Sindical dos Servidores Públicos no Estado do Rio Grande do Sul (Fessergs) para debater os decretos do Governo que retiram isenções fiscais e a situação do IPE Saúde. O encontro ocorreu na sede do Sindicato dos Servidores da PGE.

Isenções

O movimento sindical sempre teve como bandeira histórica a transparência e a utilização de critérios técnicos relacionados a incentivos fiscais. Quais setores e empresas são isentas? Esses segmentos geram quantos empregos? Eles beneficiam regiões com desenvolvimento social e econômico ou apenas usam os recursos públicos para aumentar seus lucros?

Em virtude disso, as entidades vinculadas à Fessergs apoiam a subtração de benefícios fiscais do Governo do Estado. Entretanto, desde que haja critério e não afetem pequenos produtores. Outra reivindicação dos Sindicatos é que o recurso seja utilizado pelo Piratini para correções salariais dos Servidores. “São dez anos sem reposição. Todas as Categorias foram penalizadas nesse período”, resume o presidente da Fessergs, Sérgio Arnoud. (SEGUE)



/expediente

CCJ DEVE DIVULGAR PARECER NO DIA 5 DE MARÇO

Os decretos do Governo do Estado vão entrar em vigor em abril, porém tramita na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Assembleia Legislativa dois pedidos de suspensão das medidas. Eles alegam que a ação governamental exorbita o campo de atuação do Poder Executivo. Um dos textos é dos deputados Rodrigo Lorenzoni e Papparico Bachi, ambos do PL. O outro é assinado pelas bancadas do PT e do PC do B. A redação dos liberais abrange a sustação de todos os itens, enquanto a proposta dos partidos de esquerda se concentra nos produtos da cesta básica.

Na próxima terça-feira (5), a relatora das propostas na CCJ, a deputada Delegada Nadine (PSDB), vai dar o parecer a respeito dos pedidos. A tendência é que ela julgue constitucional a ação do Governo e rejeite as solicitações. As entidades estão se organizando para prestigiar a reunião da Comissão e apoiar a manutenção dos decretos.

A presidente do SINDISPGE, Sabrina Oliveira Fernandes, destaca que nos últimos anos apenas o funcionalismo público vem pagando a conta no Estado. "O funcionalismo suportou as reformas ditas necessárias para ajustar as contas do Estado, recebendo apenas 6% de reajuste em uma década. Neste mesmo período, a inflação ultrapassou os 60%. Outro golpe foram as alterações no IPE-Saúde que reduziram ainda mais os vencimentos dos funcionários públicos. Chega de usar os servidores como problema para as contas públicas, já que políticas públicas e prestação de serviços devem ser compreendidos pela sociedade como investimento e função essencial do Estado. A questão da energia elétrica é um exemplo da importância do Estado para a sociedade".

O diretor para Assuntos Jurídicos e Institucionais do Sindicato, Thiago Testa, vai na mesma linha. "O alinhamento do SINDISPGE é com o Servidor Público, que paga uma conta que não lhe compete há 10 anos em meio à retirada de direitos, convivendo com atrasos, parcelamentos e congelamento de salário. Defendemos a manutenção do corte dos incentivos fiscais, para que seja viabilizada a reestruturação das carreiras, a fim de garantir a manutenção e a qualidade do Serviço Público Gaúcho."

Durante a reunião, o diretor para Assuntos Administrativos e Financeiros, Lucas Friderichs Ludwig Wickert, destaca que as entidades empresariais estão pressionando os parlamentares para que sustentem os decretos do Piratini usando como argumentos os produtos da cesta básica. (SEGUE)



/expediente

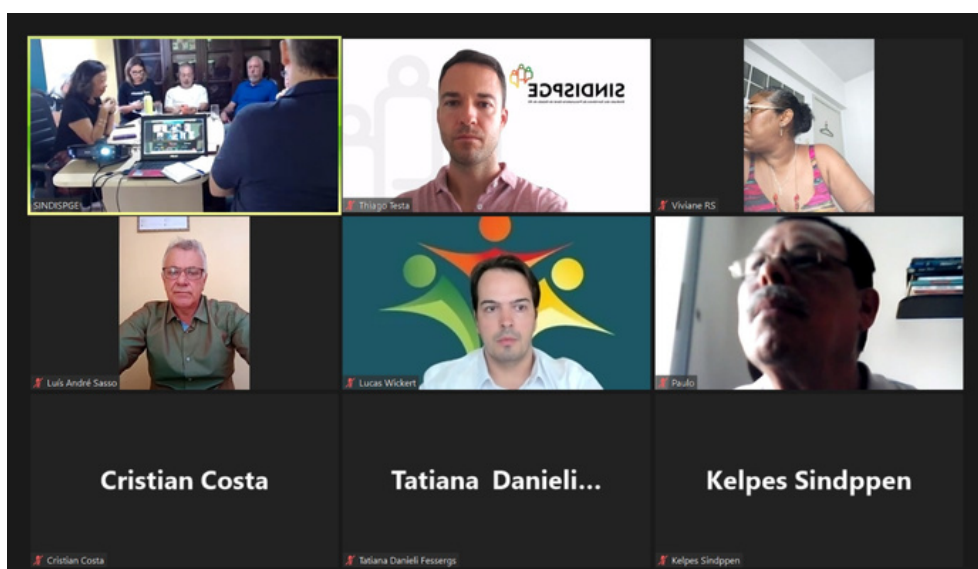
IPE-SAÚDE



“A intenção verdadeira é beneficiar diversos setores, alguns, inclusive, que usam recursos públicos via isenções e não oferecem nada em contrapartida para o Estado. Moldam versões e difundem na mídia. Precisamos reagir e mostrar que cortes fiscais são essenciais para o cofres públicos, além de ser uma alternativa para aumentar investimentos e promover reparos históricos com o funcionalismo.”

Deve ser marcada para a semana que vem outra reunião da Fessergs. O objetivo desse novo encontro é promover uma análise técnica dos decretos.

A Fessergs e o Fórum em Defesa do IPE Saúde voltaram a repudiar as ameaças de suspensão de atendimentos pelos prestadores credenciados pelo IPE Saúde. “A saúde é direito fundamental do cidadão e não pode ser objeto de barganha com fins exclusivamente financeiros”, sublinha Sergio Arnoud. (FIM)





/pautas da categoria

DIRETORIA EXECUTIVA AMPLIADA

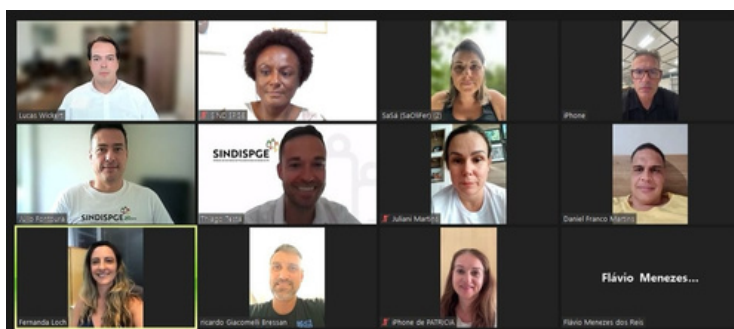
A reunião da Diretoria Ampliada ocorreu no dia 06 com a participação dos membros da Diretoria Executiva e do Conselho Deliberativo-Fiscal do Sindicato, de forma virtual pela plataforma zoom, sob a coordenação da Diretora-presidente Sabrina Oliveira Fernandes. Na ocasião, foram tratados **os seguintes temas:**

* **Proposta Projeto Reforma Estatutária:** Foi apresentada a proposta de Reforma Estatutária sobre o estudo que será desenvolvido e como funcionará o projeto de alteração, que terá todo o acompanhamento da Diretoria, através da coleta de informações e apresentação do andamento da Reforma;

* **Proposta de datas/calendário a ser incorporado ao planejamento em andamento:** Se nada acontecer até o aniversário da PGE, em torno das demandas da Categoria, será efetuada outra assembleia no dia 22/03; e

* **Aprovação de novos Delegados Sindicais:** Foram apresentados os nomes de Servidores que retornaram ao formulário de intenção para Delegado Sindical.

O encontro contou com a presença do Diretor para Assuntos Jurídicos e Institucionais Thiago Testa, do Diretor para Assuntos Administrativos e Financeiros Lucas Friderichs Ludwig Wickert, da Suplente para Assuntos Jurídicos e Institucionais Juliani Gonçalves Martins, do Suplente para Assuntos Administrativos e Financeiros Daniel Franco Martins, da Segunda Suplente para Assuntos Jurídicos e Institucionais Fernanda Adriane Heck Loch, dos membros do Conselho Deliberativo-Fiscal André Borges Couto e Júlio Tapir da Rocha Fontoura, e dos Suplentes do Conselho Deliberativo-Fiscal Ricardo Giacomelli Bressan, Patrícia Cechinato e Flávio Menezes dos Reis.



Sindicato dos Servidores da Procuradoria Geral do Estado do RS